



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

O Bem Viver contrariando Capital e Estado na Amazônia abaetetubense

Bianca Rodrigues da Silva¹

Marcel Theodoor Hazeu²

Resumo: Este artigo objetiva entender como o Serviço Social tem atuado junto de movimentos sociais que reafirmam o Bem Viver em territórios tradicionais do município de Abaetetuba/PA. Para tal, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, entrevista com liderança do Território Agroextrativista do Pirocaba e observação participante em três momentos: 1) Encontro da Frente de Defesa dos Territórios, ocorrido no Território Agroextrativista do Pirocaba; 2) Círculos de Diálogos Interculturais, na Ilha do Capim e 3) VI Grito das Águas, realizado na ilha do Xingu. Evidenciou-se, assim, a resistência de povos tradicionais que tem reafirmado a concepção de Bem Viver frente à lógica capitalista com respaldo estatal na Amazônia, processo que muito demanda, ensina e aprende com assistentes sociais.

Palavras-chave: Abaetetuba; territórios tradicionais; bem viver; movimentos sociais; serviço social.

Good Living in Opposition to Capital and the State in the Abaetetuba Region of the Amazon

Abstract: This article aims to understand how social work has been engaged with social movements that promote Good Living in traditional territories within the municipality of Abaetetuba, Pará. To this end, a bibliographic and documentary review was conducted, along with interviews with leaders of the Pirocaba Agroextractive Territory and participant observation at three key moments: 1) Meeting of the Front for the Defense of Territories, held in the Pirocaba Agroextractive Territory; 2) Circles of Intercultural Dialogue, on Ilha do Capim; and 3) VI Grito das Águas, held on Ilha do Xingu. This highlighted the resistance of traditional peoples who have reaffirmed the concept of Good Living in the face of state-backed capitalist logic in the Amazon, a process that demands much from, teaches, and learns from social workers.

Keywords: Abaetetuba; traditional territories; good living; social movements; social work.

1. Introdução

O presente trabalho objetiva entender como o Serviço Social tem atuado junto de movimentos sociais que reafirmam o Bem Viver em territórios tradicionais do município de Abaetetuba/PA. Os resultados integram o projeto de pesquisa intitulado “Os efeitos da destinação de terras na produção das desigualdades sociais na Amazônia”, aprovado na Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 - Universal/Faixa A e no Comitê de Ética - CEP, Parecer nº 4.003.742. Bem como, alguns dos resultados se desdobraram em

¹ Assistente Social. Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Email: biancarodrigues1298@gmail.com.

² Doutor em Ciências Socioambientais. Professor da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Email: celzeu@gmail.com.

pesquisa de mestrado em Serviço Social, a qual está em curso.

Harvey (2005) explica que os movimentos sociais que resistem ao Capital, nomeado por ele de novo imperialismo, se articulam em dois tipos: a histórica luta sindical dos/as trabalhadores/as por melhores condições trabalhistas e o segundo tipo, cuja luta é contra a espoliação territorial das condições de reprodução social de povos e comunidades tradicionais, possuidores de modos de vida próprios.

Este segundo tipo tem demonstrado maior incidência no município de Abaetetuba, situado ao nordeste do Estado do Pará. No município há 49 colônias da zona rural, divididas em 72 ilhas, distrito de Vila de Beja, ramais, estradas e 14 bairros integrantes zona urbana. Contudo, embora diversos territórios tradicionais componham os 1.610,646km² de extensão territorial (IBGE, 2023) e os 158.188 habitantes (IBGE, 2022), a intensificação do empobrecimento se deu como parte do projeto de integração capitalista preparado desde o período colonial para a Amazônia brasileira, haja vista que o marco do surgimento de movimentos sociais na região é a implantação, na década de 1970, do complexo industrial-portuário-urbanístico das empresas Albras/Alunorte no município vizinho de Barcarena, conhecido como “Chernobyl na Amazônia”³.

Esse processo continua a provocar deslocamentos forçados e violências socioterritoriais, que posteriormente se expandiram para Abaetetuba, mobilizando a população em resposta direta ao Estado e às ações de desterritorialização impostas pela territorialização do complexo e de outros grandes projetos atraídos por ele (Hazeu; Costa; Fialho Nascimento, 2019), os quais circundam até o momento cerca de 94 empresas.

Dentro do município de Abaetetuba, a desterritorialização se expressa inclusive no ordenamento territorial definido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano aprovado em 2016, o qual abriu o município para a expansão e anexação capitalista dentro dos territórios tradicionais, o que foi descoberto somente após a multinacional norte-americana Cargill Agrícola S.A, segunda maior empresa de capital

³ De acordo com o Estudo “Insustentáveis”, elaborado pela plataforma de jornalismo SUMAÚMA em parceria com King's College de Londres, constatou-se a partir de monitoramento histórico do DataSUS que o número de óbitos por câncer em Barcarena cresceu mais de 600% entre os anos de 2000 e 2022, um índice muito acima do aumento populacional no mesmo período – aproximadamente 100%, e da mortalidade por câncer no restante do país, de cerca de 102%. Nesse horizonte, em março de 2026 o Tribunal de Justiça do Estado do Pará determinou que o Governo do Estado e a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC), realizem estudos sobre contaminação por metais pesados, aumento de doenças graves e registros de intoxicação com possível subnotificação nas áreas do município atingidas pelo Polo Industrial.

fechado do mundo, informar que iria se anexar com um Terminal de Uso Privado no Projeto Agroextrativista de Assentamento Santo Afonso, localizado na ilha do Xingu – área das ilhas de Abaetetuba. Nesse processo, o Serviço Social enquanto profissão eticamente comprometida com a liberdade, tem sido demandada pelos movimentos sociais a intervir na compreensão dessa realidade para posterior intervenção.

Todavia, povos e comunidades tradicionais de Abaetetuba estão reafirmando o Bem Viver secularmente presente em suas práticas cotidianas para a construção de outros mundos possíveis. De acordo com Acosta (2016), o Bem Viver não possui significado fechado, se configurando mais como afirmação de valores, práticas e experiências inicialmente indígenas, mas também de outros povos e comunidades tradicionais que expressam civilizações sobreviventes, mas radicalmente vivas. E, a partir dessa base, propõe a queda do capitalismo enquanto fruto do genocídio colonizador, o qual dizimou povos nos continentes americanos e africano, os roubou, enriqueceu a Europa e viabilizou o surgimento do Capitalismo.

Dessa forma, como percurso metodológico fora realizado levantamento documental e bibliográfico, entrevista em agosto de 2024 com Daniela Araújo - liderança do Território Agroextrativista do Pirocaba, e observação participante em três momentos: 1) Encontro da Frente de Defesa dos Territórios, realizado no Território Agroextrativista do Pirocaba nos dias 23, 24 e 25 de junho de 2024; 2) Círculos de Diálogos Interculturais: Por Territórios Livres e Justiça Socioambiental na Amazônia, realizado na Ilha do Capim entre os dias 18 e 21 de março de 2025 e 3) VI Grito das Águas: Nem um porto a mais, que aconteceu no dia 22 de março de 2026 na praia do Areia, localizada na ilha do Xingu.

2. Serviço Social junto aos movimentos sociais como espaço de transformação social

Os movimentos sociais fazem parte da história de inúmeras sociedades e possuem a capacidade de denunciar com muita vivacidade as contradições políticas e econômicas de cada tempo, por isso relacionassem diretamente a validação de direitos sociais e a atuação do Serviço Social. No contraponto, suas dinâmicas de organização interna podem reproduzir processos de dominação e submissão presentes socialmente, haja vista que qualquer ação, coletiva ou particularizada, pode ter impactos inesperados. No Brasil, um grande exemplo dessa possibilidade foram as Jornadas de Junho,

movimento nacional que iniciou em junho de 2013 em São Paulo para se opor ao aumento das tarifas de ônibus, ganhou proporção nacional e finalizou com a explosão da direita e fascistização da sociedade brasileira.

Contudo, a história do Brasil está relacionada aos movimentos de insurreição contra a barbárie, representada em levantes como a Revolta dos Malês (1835), Cabanagem (iniciada em 1835), Guerra de Canudos (1896-1897) e inúmeros que Bispo (2015) apresenta como os levantes dos povos afro-pindorâmicos, considerando-se que há resistências que podem ter sido apagadas. Na atualidade, se expressa em diversos movimentos, que em sua pluralidade de vertentes e ações denunciam a miserabilidade social, a falta de perspectiva, o esgarçamento de instituições estatais e o acirramento da hegemonia neoliberal, vide a luta dos Sem-Terra, movimentos trabalhistas e de categorias profissionais, movimento negro, movimentos feministas, de estudantes, pessoas com deficiência, movimento quilombola, movimento indígena, dentre outros.

O Brasil vivenciou na década de 1970 uma ascensão de movimentos sociais, os quais organizavam-se na resistência ao regime militar, pelo fim da repressão e a restauração das liberdades democráticas, possuía um sindicalismo combativo fomentado também pelas Comunidades Eclesiais de Base, advindas da Teologia da Libertação da Igreja Católica, sindicatos rurais e urbanos que se organizavam para impedir violações e assegurar direitos, além de diversos movimentos que remexiam o cenário nacional e foram fundamentais para a redemocratização e na constituinte (Iamamoto, 2019).

Desse modo, nos anos 2000, a retomada das mobilizações populares assumiu outro perfil devido a diversas reivindicações dos movimentos sociais terem sido inseridas na Constituição Federal de 1988, ganhando notoriedade os movimentos sociais antiglobalização que trouxeram para o debate iniciativas como economia solidária, democratização dos meios de comunicação, questões ambientais etc. Todavia, a hegemonia neoliberal na qual o capitalismo se reestruturou produtivamente desde a década de 70 se concretizou na América Latina em 1989, quando o Consenso de Washington definiu quais seriam as dez medidas de radicalização da vida a serem implementadas nos países latino-americanos com a desculpa de combate à pobreza.

Na Amazônia brasileira, os movimentos sociais ganham maior expressividade em meados de 1988, representados segundo Almeida (2004) por *unidades de mobilização*, as quais estão relacionadas à aglutinação de interesses de grupos não

necessariamente homogêneos, mas que possuem alto grau de coesão para assegurar os direitos sobre seus territórios, que é tão fundamental à reafirmação de suas identidades e afirmação étnica, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos/as, agroextrativistas etc. Assim, com a aglutinação as populações amazônidas se fortalecem frente as intervenções externas.

Iamamoto (2019) frisa a íntima relação do que se tornou a orientação ideopolítica do Serviço Social com os movimentos sociais, a qual permitiu que em 1979 a profissão construísse o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo, conhecido como “congresso da virada”, possibilitado conjuntamente pela base material, intelectual e política do Movimento de Reconceituação, reconhecendo-se também na condição de trabalhadores e se redirecionando a atender as requisições das diferentes lutas populares.

Essa guinada possibilitou ainda que fosse definida como competência profissional no Código de Ética de 1993 “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (CFESS, 1993, p.45). Desse modo, entende-se que os direitos conquistados pela pressão das lutas sociais surgem para incidir na questão social, objeto de trabalho do/da assistente social e que, conforme Iamamoto (2003), são as expressões da desigualdade de sociedades capitalistas maduras que possuem por raiz comum a produção e o trabalho cada vez mais amplamente socializado enquanto a apropriação de seus frutos se mantém cada vez mais monopolizado, o que se enseja mistificar para a classe trabalhadora tratando a pobreza como questão moral.

Nesse panorama, Martins (2017) traz para o debate que para além da mistificação da questão social para amansamento da classe trabalhadora, há a invisibilização que o processo que constituiu as relações capitalistas no Brasil foi o qual o forjou no mesmo golpe a questão étnico-racial, não havendo oposição entre as lutas anticapitalistas e antirracistas. Tendo em conta que, negros brasileiros - e outras populações racializadas no lugar de submissão, estão à margem da cidadania regulada e das respostas dadas a questão social. Isto posto, não há como colocar os seculares movimentos desses povos no campo da luta cultural que somente reivindica acesso ao sistema de classes, pois são a maioria da classe trabalhadora em trabalhos informais e/ou altamente precarizados, sendo expulsos de seus territórios e depois desconsiderados,

assassinados e, quando sobrevivem, são empurrados para informalidade em barracos das periferias brasileiras.

3. O Bem Viver de territórios tradicionais do município de Abaetetuba/PA como horizontes possíveis

Povos e comunidades tradicionais estão dentre grupos sociais específicos de quem os direitos são facilmente retirados em nome da defesa do que se entende como nação. Isto é, a necropolítica fincada com a escravidão os coloca cotidianamente dentre aqueles/as que devem morrer (Mbembe, 2018). Entretanto, essas populações continuam a reafirmar seus modos de existência por serem, segundo o inciso I, Art. 3º, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040/2007).

Dentre essa reafirmação de modos de existência, destaca-se a concepção de Bem Viver, *Vivir Bien* ou *Buen Vivir*, a qual encontra ressonância em cosmologias como *sumak kawsay* (povos kéchwa), *suma qamaña* (povos aymara), *nhandereko* (povos guarani) e outras formas de vida autogeridas por povos indígenas e comunidades tradicionais, as quais foram ignoradas por organizações urbanas e setores da esquerda até o final do século XX. Cenário que muda com a intensificação da reestruturação capitalista neoliberal, articulada pelo Consenso de Washington, que promoveu a mercantilização de diversas esferas da natureza, a generalização das privatizações e coincidiu com a derrocada do socialismo soviético, contexto que visibilizou horizontes civilizatórios antes marginalizados (Solón, 2019).

Nos países andinos, a radicalização das políticas neoliberais tornou ainda mais evidente as alternativas políticas, econômicas e existenciais representadas pelo Bem Viver. Indígenas e camponeses reafirmaram seus próprios horizontes emancipatórios, resultando na institucionalização do Bem Viver nas Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009).

Neste panorama, em Abaetetuba desde o final do Século XX essas populações buscam o apoio de sindicatos de categorias profissionais (agricultores, pescadores, professores e trabalhadores em saúde pública), associações, cooperativas e

Comunidades Eclesiais de Base que fortalecem as unidades de mobilização dos movimentos sociais construídos, como o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba, Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas dos Projetos de Assentamento Agroextrativista de Abaetetuba, Associação dos Moradores da Ilhas de Abaetetuba e Associação dos Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba.

Assim, fora possível identificar no Encontro da Frente de Defesa dos Territórios – voltado à articulação dos territórios da microrregião do Baixo Tocantins⁴, nos Círculos de Diálogos Interculturais⁵ e no VI Grito das Águas, que é o maior encontro mobilizatório dos povos e comunidades tradicionais de Abaetetuba, que essa articulação se dá para impedir a anexação de grandes projetos, ou a partir da anexação deles, e reivindicar a validação de direitos sociais como saúde e educação.

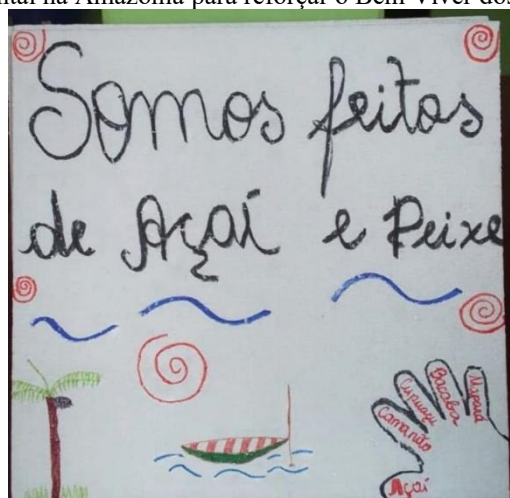
Nesse processo, assistentes sociais têm atuado prestando assessoria, como a ofertada pelo Grupo de Estudos Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA) - vinculado à faculdade e ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, atendendo em órgãos públicos, Organizações Não Governamentais e/ou a frente de entidades de organização desses movimentos, a exemplo do Grito das Águas, articulado majoritariamente pela Cáritas Diocesana de Abaetetuba e possui uma assistente social como presidente.

Abaixo, na figura 01 destaca-se um material produzido durante o Círculos de Diálogos Interculturais: Por Territórios Livres e Justiça Socioambiental na Amazônia, realizado na Ilha do Capim. Nele os moradores reforçam o Bem Viver ao sinalizar que são partes da natureza por serem feitos da fruta açaí e de peixe – base da cultura alimentar ribeirinha. Ademais, na figura de uma mão listam outros alimentos tipicamente amazônidas que os compõe enquanto sujeitos, como o peixe da espécie mapará, o marisco camarão e as frutas bacaba e cupuaçu.

⁴ A microrregião do Baixo Tocantins encontra-se numa zona de fronteira entre a Amazônia Central e Amazônia Oriental, no nordeste do Estado do Pará. Integram a microrregião 11 municípios, sendo eles: Abaetetuba, Barcarena, Cametá, Acará, Baião, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

⁵ O evento acontece no Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Antônio II, localizado na comunidade ribeirinha Ilha do Capim, com o intuito de mobilizar os moradores do território e do Igarapé Villar, comunidade da Ilha do Xingu, para formações acerca de direitos socioterritoriais e elaboração de materiais visuais para ao Grito das Águas enquanto ato de maior proporção regional.

Figura 01: Material produzido durante o Círculos de Diálogos Interculturais: Por Territórios Livres e Justiça Socioambiental na Amazônia para reforçar o Bem Viver dos moradores.



Fonte: Autoria própria (2025).

Na figura 02, demonstram-se faixas logo na chegada do VI Grito das Águas, que teve por tema “Nem um porto a mais”, aquilo que tem perturbado o Bem Viver de povos e comunidades de Abaetetuba. Na faixa de entrada evidenciava-se a frase “Sejam Bem-vindos! Nossa floresta não é “crédito de carbono” para poluidores” e, na árvore ao lado, destaca-se o chamado “Fora Cargill da nossa Amazônia!”.

Figura 02: Faixas com reivindicações de povos e comunidades tradicionais do município de Abaetetuba/PA no VI Grito das Águas: Nem um porto a mais.



Fonte: Autoria própria (2026).

Portanto, identificou-se no decurso da pesquisa que assistentes sociais têm acompanhado as antigas lutas, vide os inúmeros impactos advindos do complexo industrial-portuário-urbanístico de Barcarena. Tal como, a maior incidência de mobilização devido a anexação capitalista dentro do território municipal pelo TUP da multinacional norte-americana Cargill Agrícola S.A, também nomeado localmente de TUP Abaetetuba ou Porto da Cargill, a ser construído na Ilha do Xingu, onde se localiza

o Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Afonso.

Isso porque o PAE Santo Afonso possui Termo de Autorização de Uso Sustentável para permanecer no território desde a portaria nº 37, de novembro de 2005, expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo considerado um dos primeiros assentamentos de várzea do Brasil, legalizado junto à outras 23 ilhas de Abaetetuba (Bastos, 2019). Contudo, parte do território foi comprada ilegalmente pela empresa KF de Menezes Consultoria Logística, a qual tem Kleber Ferreira de Menezes como sócio proprietário, ex-secretário de transporte do Estado do Pará (2011-2018) na gestão de Simão Jatene. Posteriormente, a empresa KF de Menezes Consultoria Logística teve o nome alterado para Brick Logística e é nessa razão social que revende a área para a empresa Cargill (Bastos, 2019), que agora reivindica titularidade e instaura uma sobreposição territorial com maior incidência de conflitos socioambientais.

Bem como, grande parte dos povos e comunidades tradicionais de Abaetetuba souberam do TUP da Cargill buscando entender o que havia se definido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Lei nº 486/2016 de 21 de dezembro de 2016, o qual deveria considerar e validar democraticamente os anseios da população, haja vista ser fruto do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). No entanto, permitiu a inserção no macrozoneamento territorial de duas zonas industriais, expansão da zona urbana sobre áreas tradicionais, inserção de modos de produção propriamente capitalistas em zonas rurais e uma zona das ilhas fora destinada para anexação portuária e retroportuária.

Todas essas inserções se deram sem o consentimento prévio da população, mormente de territórios tradicionais, ao passo que se organizaram coletivamente para pensar estratégias enquanto movimentos sociais de reivindicação do seu Bem Viver, como destacada na fala de Daniela Araújo em entrevista realizada no dia 06 de agosto de 2024 no Território Agroextrativista do Pirocaba, onde ela é liderança:

Porque a partir dessa nossa movimentação, de toda essa organização que a gente fez, não só eu Daniela, como muitas outras pessoas que participaram dessa construção hoje vão dizer que não querem essa porra, a gente ‘tá’ aqui ‘pra’ construir do nosso jeito. Não que a gente vá produzir ‘pra’ essas empresas que só vão levar, que passam pela gente e fingem que a gente não existe, é ‘pro’ benefício das nossas pessoas.

Quando perguntada a respeito da articulação dos diferentes territórios em relação ao TUP da Cargill, embora não seja tão próximos do PAE Santo Afonso, como é o caso do Território Agroextrativista do Pirocaba, Daniela responde:

A partir do momento que eles começam a fazer não tem freio. É por isso nossas ondas ‘pra’ que as coisas não aconteçam, às vezes falam na cidade: “Mas Dani, porque tu ‘tá’ fazendo toda essa travanca? O porto vai ser do outro lado”, aí eu respondo: “E como é que vão fazer ‘pra’ chegar as coisas no porto? Como vão fazer ‘pra’ chegar as coisas ‘pra’ lá? Vocês viram Barcarena como começou e como ‘tá’? Eles não têm freio!”. Então a nossa luta hoje é ‘pra’ que não se instale, porque a partir do momento que a gente der brecha ‘pra’ que isso aconteça não tem jeito.

Portanto, são populações que se aglutinam em movimentos sociais de resistência ao poder destrutivo do Capital, sabendo que poderão perder o território e, conseqüentemente, o Bem Viver, de modo a serem empobrecidos e empurrados para a prostituição, venda e consumo excessivo de drogas lícitas e ilícitas, adoecimento físico e mental, além de uma série de violações em periferias de Abaetetuba ou de outras cidades, ao ponto de irem “parar na sala de um assistente social qualquer” (Teixeira, p. 20, 2008), profissionais demandados tanto nas ações de resistência para validação dos direitos socioterritoriais, quanto na atuação após o empobrecimento abrupto advindo da desterritorialização.

Isto é, o Estado a nível municipal, estadual e federal tem atuado como aliado ao grande Capital, o que tem motivado que cada vez mais os territórios tradicionais reafirmem o Bem Viver como uma construção de sociabilidades sobreviventes e radicalmente vivas.

4. Considerações finais

A partir do entendimento de como o Serviço Social tem atuado junto de movimentos sociais que reafirmam o Bem Viver em territórios tradicionais de Abaetetuba/PA, torna-se evidente que a defesa dos modos de vida desses povos não é apenas uma pauta setorial ou identitária, mas um posicionamento político radical frente à ofensiva do Capital e suas expressões territoriais violentas. Os processos de anexação econômica e desterritorialização, como exemplificado no caso do Terminal de Uso Privado da Cargill, revelam a face necropolítica do Estado e do Capital, cuja lógica segue produzindo mortes, expulsões e apagamentos em nome do desenvolvimento.

Contudo, os movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais em Abaetetuba expressam com força a recusa ao projeto capitalista, resgatando saberes e formas de organização coletiva que têm no Bem Viver seu horizonte de emancipação. Não se trata de utopia descolada da realidade, mas de práticas concretas de resistência que afirmam a vida, os territórios, as ancestralidades e a validação de direitos socioambientais.

O Serviço Social, comprometido com a liberdade e com os direitos historicamente negados, tem o dever ético-político de se somar a essas lutas como sujeito implicado na construção de alternativas ao modelo de morte vigente. É urgente que a profissão continue a fortalecer sua inserção crítica nos espaços de mobilização popular, contribuindo para processos de formação política, articulação comunitária e incidência nas políticas públicas a partir das demandas reais dos territórios.

Por fim, reafirmar o Bem Viver como horizonte civilizatório significa reconhecer a centralidade das lutas de povos e comunidades tradicionais na disputa por outro projeto de sociedade. Significa, também, romper com as amarras de uma razão instrumental que tenta traduzir esses povos em números, zonas ou áreas de influência. O Bem Viver, como prática de liberdade e de justiça epistêmica, nos convida a construir, com radicalidade e compromisso, outros caminhos de vida coletiva onde caibam diferentes mundos.

Referências

ABAETETUBA. **Cidades e Estados**. IBGE, 2025. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/abaetetuba.html>. Acesso em: 30 fev. 2025.

ABAETETUBA. **Lei nº 486 de 21 de dezembro de 2016**. Altera a Lei Municipal nº 222 de 10 de outubro de 2006 que institui o Plano Diretor do Município de Abaetetuba e dá outras providências. Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará, 26 dez. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.040/2007**, de 7 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: Presidente da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

- BASTOS, N. R. **Territórios em resistência no mundo social da várzea: A cartografia social de ribeirinhos e quilombolas da Ilha Xingu/Abaetetuba**. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.
- ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.
- CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 05 abr. 2019.
- HARVEY, D. **O novo Imperialismo**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HAZEU, M. T.; COSTA, S. M. G.; FIALHO NASCIMENTO, N. S. **Comunidades tradicionais e sindicatos em conflito com estado e capital em Barcarena (PA)**. Argumentum, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 173–187, 2019.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.
- IAMAMOTO, M. V.. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019.
- MARTINS, T. C.S. **Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise?**. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 275-295, jul.-dez./2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14686/12989.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. N-1 edições, 2018.
- SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- SOLÓN, P. Alternativas sistêmicas: **Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. Tradução: João Peres. São Paulo: Elefante, 2019.
- TEIXEIRA, J. B. **Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], n. 21, p. 141–152, 2009.